

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX/UF**

Autos nº

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, oferecer as suas **ALEGAÇÕES FINAIS**, com fulcro no artigo 403, §3º, do Código de Processo Penal, o que o faz nos seguintes termos.

1. RESUMO DO FEITO

Trata-se de ação penal promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em desfavor de **FULANO DE TAL**, a quem foi imputada a prática das infrações descritas nos artigos 129, § 1º, inciso III, do Código Penal, e artigo 21, do Decreto-Lei n. 3.688/1941.

O acusado foi citado (fl. 90) e apresentou resposta escrita, por meio da Defensoria Pública (fl. 92).

Na audiência de instrução e julgamento, foi inquirida a vítima e, posteriormente, os policiais **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL** (fls. 156/158). Em outra assentada, foi realizado o interrogatório do réu (fls. 164).

O Ministério Público apresentou alegações finais da acusação à fl. 176/179, pugnando pela condenação do réu nos termos da denúncia.

Vieram então os autos à Defensoria Pública, para apresentação das alegações finais.

2. QUANTO AO MÉRITO

Inicialmente, observo que o acusado confessou a prática das lesões corporais em face da ex-companheira.

Merece singular atenção a confissão do réu, demonstrando dignidade ao assumir seus atos, consciência de suma importância à sua recuperação. A confissão a todos beneficia, muito auxilia na pesquisa do fato investigado e de todas as suas circunstâncias, aliviando a sobrecarga dos órgãos incumbidos de tal mister; serve como fundamento da decisão judicial condenatória, dando ao julgador certeza moral e reduzindo eventual erro judiciário; e para a vítima, diante da assunção de culpa pelo acusado, traz-lhe certa pacificação.

Por outro lado, o acusado negou que tivesse agredido **FULANO DE TAL**, relatando apenas que, quando chegou, foi em direção à ex-companheira, sendo que a menina estava na frente, ao que falou “dá licença!” e afastou a enteada do local. O Ministério Público questionou se a **FULANO DE TAL** caiu no chão, ao que o réu afirmou que não. Depreende-se, pois, que a

referida conduta em nada se amolda ao tipo penal previsto no artigo 21 do Decreto-Lei n. 3.688/1941, não havendo que se falar em vias de fato.

Nesse particular, não bastasse a negativa do réu, cumpre salientar que Andrina não foi ouvida em Juízo, porque sequer foi arrolada pelo Ministério Público. É incontestável que, tratando-se de direito penal, cuja valoração probatória pressupõe a certeza da autoria e materialidade - até porque a dúvida é interpretada em favor do acusado - o mínimo que o órgão acusatório deveria ter diligenciado seria no sentido de arrolar e ouvir a referida vítima.

Como cediço, quem acusa tem que provar e, no âmbito da Ciência Penal o *onus probandi* da existência do fato criminoso cabe ao Ministério Público, pois é o deflagrador da ação penal, cabendo-lhe provar em juízo a verossimilhança e procedência de suas afirmações constantes da denúncia.

Em relação ao acusado que alega inocência, polo passivo da relação penal, não bastasse à impossibilidade lógica da prova negativa, sobre ele não pode recair o ônus da prova, uma vez que a Carta Maior lhe assegura no art. 5º, inciso LVII, a presunção de inocência.

Também, no campo probatório, é pressuposto inafastável que a prova válida à comprovação de culpabilidade, de demonstração de autoria, é somente a prova judicial, aquela produzida com todas as garantias do devido processo legal, único substrato do qual o julgador pode extrair sua convicção (art. 155 do CPP).

Dentro destas premissas, em relação ao delito de vias de fato contra XXXX, o que se vê é que a prova ficou restrita ao depoimento precário da mãe da vítima, que não foi corroborado por nenhum outro elemento de prova, nem mesmo pelo acusado, o qual, inclusive, confessou os demais fatos.

Para o juiz proferir um decreto condenatório tem que haver certeza, não podendo haver qualquer dúvida quanto à autoria e materialidade da conduta delitiva.

Dessa forma, a absolvição quanto ao delito de vias de fato é medida que se impõe.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a Defensoria Pública do Distrito Federal, no exercício da Defesa Técnica da parte requerida, requer:

a) em relação às lesões corporais praticadas em desfavor da vítima FULANO DE TAL, o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, que deve compensar a agravante da reincidência (fl. 169), fixando-se as penas no mínimo legal;

b) quanto à contravenção penal de vias de fato em desfavor de FULANO DE TAL, a absolvição do acusado, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Pede deferimento,

LOCAL E DATA

FULANO DE TAL

Defensora Pública do UF